



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL nº 0319264-9

EMBARGANTE: ZULEIDE DA SILVA

EMBARGADO: BANCO BRADESCARD S/A

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO. OMISSÃO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Segundo previsão do art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão existente na decisão recorrida.
2. O acórdão embargado incorreu em omissão, pois não fixou o termo inicial dos juros e correção monetária.
3. Por se tratar de indenização por danos morais em decorrência de responsabilidade contratual, no caso, o cancelamento indevido do cartão de crédito, os juros moratórios devem incidir a partir da citação, e a correção monetária, a partir da data em que a indenização foi arbitrada.
4. Embargos Declaratórios acolhidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em ACOLHER os Embargos de Declaração, na conformidade do voto do relator.

Recife, 10 de outubro de 2014

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator

108
48



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL nº 0319264-9

EMBARGANTE: ZULEIDE DA SILVA

EMBARGADO: BANCO BRADESCARD S/A

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

RELATÓRIO

Tratam-se de Embargos de Declaração interpostos de Acórdão proferido na Apelação nº 0319264-9, sob a alegação de que o referido Acórdão foi omissivo, pois não fixou o termo inicial dos juros e correção monetária.

Assim, pede acolhimento do recurso para que seja sanada a referida omissão, no sentido de aplicar os juros a partir do evento danoso e a correção monetária a partir da citação.

É o que importa relatar.

Recife, 10 de junho de 2014


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator

di

109
p



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL nº 0319264-9

EMBARGANTE: ZULEIDE DA SILVA

EMBARGADO: BANCO BRADESCARD S/A

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO

Segundo previsão do art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão existente no acórdão recorrido.

No caso em análise, verifica-se que, de fato, houve a alegada omissão, pois não foi fixado o termo inicial para incidência dos juros e correção monetária sobre a indenização arbitrada no referido acórdão.

Assim, por se tratar de indenização por danos morais em decorrência de responsabilidade contratual, no caso, o cancelamento indevido do cartão de crédito, os juros moratórios devem incidir a partir da citação (art. 405, CC/02), e a correção monetária, a partir da data em que a indenização foi arbitrada, nos termos da Súmula 362 do STJ.

Veja-se a jurisprudência do STJ sobre o assunto:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. BANCÁRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL. DANO MORAL. JUROS DE MORA CONTADOS DA CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. FIXAÇÃO DEFINITIVA. DATA DO ARBITRAMENTO. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental em face do nítido caráter infringente das razões recursais. Aplicação dos princípios da fungibilidade e da economia processual. 2. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é de que os juros moratórios são contados da data da respectiva citação nas hipóteses de

1



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

responsabilidade contratual, como no caso dos autos. 3. Nas indenizações por dano moral, o termo inicial para a incidência da correção monetária é a data da prolação da decisão em que foi arbitrado definitivamente o valor da indenização. 4. Agravo regimental a que se dá parcial provimento, apenas para determinar a incidência da correção monetária a partir da data do arbitramento. (STJ - EDcl no REsp: 1062990 PR 2008/0126839-8, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 27/08/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/09/2013)

Pelo exposto, voto no sentido de **conhecer e acolher** os Embargos de Declaração opostos por ZULEIDE DA SILVA, para suprir a omissão apontada e determinar que os juros moratórios incidam a partir da citação, e a correção monetária, a partir da data em que a indenização foi arbitrada.

É como voto.

Recife, 10 de Junho de 2014


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator